Nº 392
Igreja e Apostolado Positivista do Brasil
(Publicação do ano 127 – 1915)

O Amor por princípio e a Ordem por base:
o Progresso por fim

Viver para outrem. *Viver às claras.*

Ainda pelos martirizados descendentes dos indígenas e dos africanos

A propósito da atual tentativa por extinguir o serviço republicano de proteção dos indígenas e dos descendentes dos africanos.

O coronel Cândido Rondon dirigiu, a 31 de julho próximo passado, aos membros do Congresso Nacional, o humanitário e patriótico apelo que ora transcrevemos. Felicitamos publicamente o nosso confrade por mais esse esforço em defesa dos nossos infelizes irmãos aborígenes e, ainda mais, em defesa da expiação filial que a Família, a Pátria e a Humanidade urgentemente exigem de nós em relação às mais nefandas desgraças de que foram vítimas os nossos antepassados.

Em seguida a esse apelo, vamos transcrever as considerações publicadas na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 26 de novembro de 1911, a propósito da redução que se pretendia fazer na verba destinada ao serviço de proteção republicana dos indígenas e dos descendentes dos africanos. (Vide a publicação nº 333 da Igreja Positivista do Brasil.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

R TEIXEIRA MENDES, Vice-Diretor.

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 74.

Rio de Janeiro, 2 de Gutenberg de 127 (14 de agosto de 1915).

PRÓ-SILVÍCOLA

APELO DIRIGIDO AOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL PELO CIDADÃO CÂNDIDO M. R. RONDON

Cambuquira. 31 de julho de 1915,

Srs. Membros do Congresso Nacional.

Não estranhareis certamente que um homem que há 25 anos mantém relações com as nossas tribos selvagens e com as que já se encontram acampadas na civilização venha solicitar de vós um movimento de simpatia em prol destas infelizes hordas genuinamente brasílicas, dizimadas há quatro séculos pelo único motivo de ocuparem uma parte mesquinha da imensa terra que nos entregaram.

Sabemos que, em 1910, por uma sistematização dos planos e conselhos de José Bonifácio, fundou-se o Serviço de Proteção aos Índios com o intuito de amparar o resto das nossas populações aborígenes, sem cujo concurso não concebia o grande estadista a formação étnica de nossa nacionalidade e cujo martírio ele solenemente lamentou, impondo na sua indefectível integridade o dever não menos solene da reparação.

Recebido com entusiasmo pelos nossos mais notáveis nacionalistas, elogiado em mais de um país estrangeiro, logo que se divulgou o plano geral de sua ação, foi o Serviço de Proteção aos Índios entregue a homens que nunca mediram sacrifícios para cumprir com ardor e devotamento a nobre tarefa de que se incumbiram.

Posto me houvesse o governo confiado então a sua direção, os trabalhos da Linha Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas obrigaram-me a transferir a outro o honroso cargo. Eu podia, pois, sem nenhuma incompatibilidade ou suspeição, fazer aqui o público elogio desse punhado de patriotas. Mas não é este o meu intuito, senão apenas o de dizer-vos que, por terem eles cumprido honestamente seu dever, pôde o Serviço de Proteção aos Índios em pouco tempo obter conquistas que, à primeira vista, para quem não conhece a índole afetuosa e maleável dos nossos silvícolas, pareciam impossíveis.

Em menos de 2 anos, conseguiu se a pacificação dos kaingang de São Paulo, dos pataxós da Bahia; dos krenak do Espírito Santo; dos jauaperis[1] do Amazonas e de outras tribos de reputação menos famosa. Os kaingang, sabeis que viviam em contínuas lutas de morte com os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste. Os pataxós nunca tinham tido contatos, senão guerreiros, com os civilizados. Os krenak eram dizimados pelos colonos do Espírito Santo, em cujas propriedades cometiam depredações; os jauaperis, finalmente, mantinham fechado à civilização o rio do mesmo nome, em cujo longo curso nenhuma só casa se encontrava, e tão perseguidos e amontados eram que houve, em 1905, um governador que mandou às suas tabas uma expedição militar de extermínio.

Nesse mesmo tempo em que se apaziguava as tribos perseguidas, o Serviço de Proteção aos Índios, agremiou e iniciou no trabalho agrícola, os bororós de São Lourenço, em Mato Grosso; os guaranis de São Paulo, localizando estes em Araribá; Os "nac-na-

[1] Hoje conhecidos pelo nome de Waimiri-Atroari [n.ed.].

nuk", os "nac-hererê" e outros do Espírito Santo[2], empregados em trabalhos às margens do São Mateus; os "pojichás" e "maxacalis", na Bahia; e várias tribos nos rios Xeruini, Inauini e Abacaxis, todos do Amazonas. E, no meio mesmo da miséria e financeira a que ficou reduzido há dois anos, conseguiu a pacificação dos botocudos de Santa Catarina, índios que viviam em guerra terrível contra os colonos alemães daquele estado.

Foi esta, aliás, uma das suas maiores glórias. Votar do ódio de morte a esses índios que, por sua vez, não os poupavam. Não podiam os colonos admitir que, com bons modos, fossem os botocudos chamados à vida pacífica. Habituados, por outro lado, a organizar periodicamente batidas para caçar os silvícolas, receberam com agressões e insultos os agentes do Serviço de Proteção aos Índios, e essa mesma animosidade sustentaram até que os resultados colhidos vieram patentear a injustiça que praticavam.

Tendo o Serviço, após um longo e penoso esforço, conseguido conquistar a simpatia dos índios e reuni-los num ponto afastado, quando os colonos alemães viram que, por falta de recursos, iam as coisas talvez voltar ao antigo regime, não vacilaram em pedir ao Ministério da Agricultura a conservação do Serviço e dos seus agentes, mediante a dotação dos meios necessários.

Não fizeram, está claro, por amor aos botocudos, senão no interesse do próprio sossego e segurança.

Mas o Serviço de Proteção aos Índios, quaisquer que fossem as precauções que tomasse, não podia deixar de levantar contra si a imensa caterva de indivíduos que vivem de explorar o trabalho indígena, pois um dos seus primeiros deveres era justamente defender os silvícolas desta exploração.

Não houve nenhum amigo de índios, religioso ou leigo, viajante, industrial ou fazendeiro, que se lembrasse jamais de procurar os kaingang de São Paulo; os botocudos de Santa Catarina ou os jauaperis do Amazonas; todos, injustamente embora, reputados ferozes. Ainda hoje, não tendo o Serviço podido chegar até eles, estão os "parintintins", de ferocidade igualmente famosa, à espera dos catequistas religiosos ou dos amigos desinteressados. E, contudo, pelos martírios que sofrem, pelas misérias que passam e pela rudeza em que vivem, são essas tribos amontadas as que mais merecem a nossa piedade e são também as que melhores esperanças oferecem, como povos fortes, sadios e em situação moral incomparavelmente superior à dos seus irmãos semicivilizados.

Em contraposição não há tribo pacífica habituada à escravidão e amolecida por uma vida tradicional de vilipêndio, que não encontre padres ou leigos que eles queiram ter sob a sua proteção.

Eu não acuso, nem é este o meu fim. Sei que há padres, como há leigos, bem-intencionados em relação aos índios. Mas esses não os vão procurar nas selvas e nem sequer imaginam os padecimentos dos infelizes selvagens sob as ordens e governo dos seus falsos patronos.

É triste, mas é incontestável que dentro destes últimos 50 anos, só os agentes do Serviço de Proteção aos Índios ousaram afrontar as flechas das tribos guerreiras.

---

[2] *Nac-nuks* e *Nakrerrés*, eram sub-ramos dos índios "botocudos", também conhecidos como *aimorés*, designação genérica dos indígenas da região. [n.ed.]

Daí, da inferioridade em que ficaram seus pseudo-concorrentes e também da compressão exercida contra a exploração de que são vítimas as tribos pacíficas, nasceu uma terrível campanha de difamação contra o Serviço de Proteção aos Índios e seus processos.

Essa campanha foi a princípio jornalística e tornou-se depois sorrateira e insidiosa pelas intrigas de secretarias e corredores.

Publicou-se que os agentes do Serviço viviam a passear pelas capitais sem nada fazerem, muito embora a dois passos do Rio de Janeiro, em São Paulo e no Espírito Santo, se pudessem contemplar os grandes feitos desses agentes, como fizeram alguns estrangeiros, notadamente os membros da comissão astronômica chilena.

Escrever-se que o governo gastara sem resultado, só no primeiro ano, com o Serviço de Proteção aos Índios, 5000 contos de réis, quando a verdade é que em todos os seus cinco anos de duração, apenas gastou 6400 contos, incluindo as despesas com as obras de nove Centros Agrícolas para trabalhadores nacionais. Uns em simples levantamento topográfico, é certo, mas outros já em adiantado estado de construção.

Espalhou-se, finalmente, que o Serviço só entrava em relações com índios guerreiros mediante o concurso de soldados, e que reduzia esses índios à custa de torturas, quando a verdade, sabida, aliás, pelos poderes públicos na Capital Federal e nos estados, é que três vezes apenas, uma em São Paulo, outra em Santa Catarina e outra no Amazonas, o serviço utilizou-se de soldados. Não para entrar nas tabas guerreiras, mas para ter trabalhadores, por não haver encontrado civis que quisessem acompanhar seus agentes. A verdade é também que, agredidos diversas vezes à flecha, feridos e até mortos alguns companheiros, nunca esses agentes empregaram represália de espécie alguma, com o que, e só com isto, conquistavam a simpatia dos índios, depois da segunda ou terceira agressão. Para a confusão dos inimigos do Serviço, nenhuma dessas pacificações foi assistida por um único soldado.

Eis aí, Srs. Membros do Congresso Nacional, em traços muito largos, o que fez e o que sofreu Serviço de Proteção aos Índios.

Não fez pouco, mas teria feito incomparavelmente mais se os meios de que dispôs estivessem à altura do problema que lhe confiaram e se tão embaraçado não fosse pelo nosso mecanismo burocrático e pela perfídia dos seus inimigos, isto é, dos interessados na escravização do infeliz aborígene brasileiro.

Não consintais que uma tal instituição pereça, nem que caia, à míngua de recursos, no rol das empresas de fornecer empregos.

Somos um povo tão original que escraviza os nossos próprios patrícios, foi a acusação cruel, embora justa, que nos fizeram um dia. Aceitemo-la com humildade, que bem a temos merecido. E sejamos, não apenas arrependidos, senão também coerentes.

Hoje nos comovemos e nos indignamos à simples notícia das atrocidades e torpezas que se cometem na hedionda guerra europeia e, contudo, essas mesmas atrocidades e essas mesmas torpezas, com diferença de graus, apenas praticam-se diariamente no nosso território, contra patrícios nossos inocentes, e não há voz, não há

testemunho, não há súplica que consiga comover sequer a infinita minoria dos que governam.

Não pode haver situação mais triste.

Vós não permitireis que ela se prolongasse - estou disso certo - se eu tivesse o poder de transmitir-vos as cenas de infortúnio, miséria, desolação e morte que mancham de nódoa infame nossas tão belas selvas!

Saúde e fraternidade

CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON.

AINDA PELOS MARTIRIZADOS DESCENDENTES DOS INDÍGENAS E DOS AFRICANOS

A PROPÓSITO DO PROJETO QUE FIXA A DESPESA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARA O EXERCÍCIO DE 1912.

> Os meios de que se deve lançar logo mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios, e que a experiência e a razão me têm ensinado, eu vou propor aos representantes da Nação, e são os seguintes:
> 1º - *Justiça*, não esbulhando mais os índios pela força das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores.
> 2º - *Brandura*, *constância* e *sofrimento de nossa parte*, que nos cumpre, como a USURPADORES e cristãos.
> (José Bonifácio, o patriarca da Independência política do Brasil, nos apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, que apresentou à Constituinte a 1º de julho de 1823.

> ... Evoca a sombra do selvagem guerreiro.
> (...) As entornadas.
> Agora inúteis setas vão mostrando.
> A marcha triste e os passos mal seguros
> De quem. na terra de seus pais, embalde
> Procura asilo, e foge o humano trato.
> (Gonçalves Dias - *Os Timbiras*. Introdução)

> ... Chame lhe progresso.
> Quem do extermínio secular se ufana (...)
> Virão nas nossas festas mais solenes
> Miríades de sombras miserandas.
> Escarnecendo, secar o nosso orgulho
> De nação; mas Nação que tem por base
> Os frios ossos da Nação senhora,
> E por cimento a cinza profanada

Dos mortos, amassada aos pés de escravos.
(...)
... Sugamos leite mau na infância.
Foi corrompido o ar que respiramos.

(IDEM. *Canto terceiro*.)

A sã política é filha da moral e da razão.

(JOSÉ BONIFÁCIO, no projeto de abolição da escravidão.)

O *Diário Oficial*, de 22 de novembro corrente, publicou o seguinte, no "projeto nº 307, de 1911, que fixa a despesa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o exercício de 1912":

XVIII

A verba para Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais é de 964:000$ na proposta do governo, contra 1.400:000$ votados para o atual exercício, de onde a diferença de 436:000$ para menos.

Reduzir os 186:000$ na subconsignação para despesas eventuais: desdobrou-se a subconsignação para fundação de centros agrícolas e povoações indígenas em duas subconsignações distintas, com as dotações, respectivamente, de 250:000$ e 200:000$, com a economia, portanto, de 100:000$ para transporte de trabalhadores nacionais; o que tudo perfaz a referida importância de 436:000$ para menos, nesta estação orçamentária.

O sistema planeado no regulamento nº 8072, de 20 de junho de 1910, *para civilizar e proteger os índios ainda não teve tempo para demonstrar se é ou não eficaz; e talvez não possa levar a cabo a prova a que está submetido, se o atual Ministro da Guerra persistir no propósito em que se acha de, obedecendo às razões que se prendem às exigências do serviço militar, chamar às fileiras dos oficiais do exército comissionados para a tarefa de civilizar e proteger o nosso gentio ou para quaisquer outras funções estranhas ao mesmo serviço.*

Esses oficiais, penetrados pelas ideias de um sistema filosófico próprio a este apostolado, provavelmente não encontrarão substitutos idôneos nas camadas onde se recruta o funcionalismo público.

Se, obedecendo a uma necessidade que parece inelutável, o governo encaminhasse e auxiliasse naquela árdua tarefa de humanidade os missionários católicos, que a ela se consagrou por vocação, livrar-se-ia de interromper a obra começada, e, sobretudo, retrocederia a tempo de um caminho que leva indubitavelmente a despesas incomportáveis pela modéstia do nosso orçamento.

A República Argentina desviou-se dele, e prefere subvencionar a catequese católica, provavelmente impressionada com a cifra das despesas que fazem os Estados Unidos da América do Norte, que mantinham, em 1909, 253 estabelecimentos e 2300 funcionários ocupados com a assistência aos índios, fazendo uma despesa de 40.000:000$ para proteger efetivamente uma população de 300.000 almas.

Boa ou má - *não importa indagar* - a assistência direta pelo Estado *é por demais onerosa, para que possamos fazê-la com a extensão e intensidade* reclamada pela grande população de aborígenes espalhada em vastíssima área do Brasil.

(Extraído do *Diário Oficial* de 22 de novembro de 1911. *Diário do Congresso Nacional*, p. 2362. Os grifos são desta transcrição.)

Os conceitos que sublinhamos na citação precedente impõe-nos o dever de dirigir, às atuais classes dominantes; e especialmente ao Sr. Presidente da República, mais este apelo em defesa dos selvagens brasileiros e nos trabalhadores nacionais desamparados.

Nesse intuito, começaremos lembrando que o serviço de *Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais* não representam um ato de graciosa liberalidade por parte do governo brasileiro. Semelhante serviço constitui apenas o resgate *da mais sagrada das dívidas de honra* que o elemento ocidentalizado dos atuais brasileiros recebeu dos seus antepassados. Porque a situação martirizante em que ainda se acham, quer os selvagens brasileiros, quer os chamados trabalhadores nacionais, resultou e continua a resultar do mais monstruoso dos crimes sociais de nossos avós e de todos nós.

De fato, ninguém ignora que a atual nação brasileira formou-se na parte do continente colombiano que os nossos antepassados portugueses arrancaram ferozmente aos antepassados dos atuais selvagens. Ninguém ignora também que essa horrível usurpação foi imensamente agravada pelo martírio dos indígenas africanos, de onde descendem, em geral, os atualmente chamados *trabalhadores nacionais*.

Cumpre, enfim, lembrar que todas essas atrocidades e as mais de qualquer gênero, que enchem a história ocidental, foram a consequência da *fatal* dissolução do regime católico feudal, a partir do décimo-terceiro século, como assinalam os versos famosos de Dante:

...in terra non è chi governi:
Onde se avia l'umana famiglia.
(PARAÍSO, canto XXVII)

[...a falta de governo é que no mundo
Os errores da humana grei motiva.]
(Tradução do Barão da Vila da Barra)

Felizmente, todas as perversidades inerentes à vida humana, quando inteligência e a atividade cessam de ser dignos ministros do altruísmo para tornarem-se ignóbeis instrumentos dos instintos egoístas; todas essas perversidades não poderão aniquilar as virtudes morais e políticas que formam o fundo da civilização católico-feudal, independentemente da sistematização teológica defendidas pelo conjunto do sexo feminino, apoiados pelas melhores almas masculinas, essas virtudes permitiram que a

evolução da Humanidade prosseguisse, de modo a assegurar a redenção social, graças ao desenvolvimento e sistematização da poesia, da ciência e da indústria.

Nem admira que assim tivesse acontecido, se refletir-se que só a espontânea e crescente preponderância do altruísmo sobre o egoísmo tornou possível a existência humana, desde a mais humilde fase animal, apesar da cegueira do espírito, da imperícia da atividade e das agruras da situação planetária.

Eis como, em meio das mais atrozes barbaridades, surgiu a *moderna* aspiração republicana, que não se deve confundir com as chamadas repúblicas da antiguidade, quer as gregas, quer as romanas. Para constatar a enorme diferença entre o antigo regime republicano greco-romano e o moderno, herdeiro imediato da civilização católico-feudal, basta notar que as repúblicas antigas eram nações politêicas militares conquistadoras, isto é, tendo por legítima a guerra de conquista e repousando fatalmente na *escravidão do trabalhador*.

Ao passo que o *moderno* ideal republicano tem por princípio a *fraternidade universal*, inspirando por toda a parte a poesia, a ciência e a indústria, mediante a eliminação da guerra e de qualquer motivo sobrenatural.

Na realização desse ideal estão se empenhando, cada vez mais sistematicamente, todos os povos modernos, desde a explosão da grande crise ocidental de 1789, vulgarmente denominada *Revolução Francesa*. Foi a partir desta data que começou a luta pela abolição da escravidão africana e pela defesa dos selvagens, *sob o ponto de vista exclusivamente humano e terrestre, abstraindo de qualquer motivo sobrenatural*.

Convém, a este propósito, mais uma vez, a improcedência das alegações democráticas que pretendem filiar à independência dos Estados Unidos da América do Norte a inauguração do *moderno regime republicano*. Basta o fato da manutenção da monstruosa escravidão africana ali, inclusive a manutenção dos horrores com os quais a África continua a ser martirizada pelo tráfico, para ficar patente como imperfeita foi a revolução norte-americana.

Pelo contrário, sob o impulso da Revolução Francesa, em breve o Haiti, dirigido pelo *primeiro dos pretos*, o grande Toussaint L'Ouverture, inaugurava a libertação da raça africana, libertação desenvolvida e sistematizada pela imortal *Convenção* com o decreto de 16 de Pluvioso do ano 2 (4 de fevereiro de 1794).

Além disso, o regime norte-americano persistiu até hoje ligado às inspirações teológicas, sob as múltiplas seitas resultantes da fatal decomposição do monoteísmo católico.

O movimento empírico da reorganização moderna veio, portanto, evidenciar cada vez mais o esgotamento político do teologismo, apesar dos mais admiráveis esforços para sustentar o monoteísmo ocidental, entre os quais sobressaem os dos jesuítas, quanto aos católicos, e os dos *quakers*, quanto aos protestantes.

No Brasil, especialmente, ninguém ignora que o sacerdócio católico não só não pôde impedir a escravidão africana, mas também partilhou desse monstruoso crime, enquanto o poder temporal não decretou a abolição.

Quanto aos selvagens americanos, as mais gloriosas tentativas dos jesuítas foram em breve contrariadas, e afinal aniquiladas barbaramente pelos colonos e o governo da metrópole. Os selvagens continuaram desprotegidos, à mercê dos aventureiros industrialistas até o dia em que o governo republicano, sob a iniciativa do cidadão Rodolfo Miranda, apoiado pelo presidente Nilo Peçanha, retomou o projeto que o velho José Bonifácio formulara por ocasião da Independência, segundo as mais santas tradições do Ocidente, tanto católicas como acatólicas.

Até esse dia continuou o morticínio impune dos selvagens, levando um cientista diretor do Museu Paulista, à crueza a ponto de preconizar o extermínio sistemático dos índios, isto na terra do velho José Bonifácio!

Essas sumárias recordações demonstram, pois:

1º - Que, *protegendo* os selvagens e os *trabalhadores nacionais*, em geral descendentes dos africanos, os brasileiros estamos simplesmente esforçando-nos para efetuar o resgate ineludível dos mais monstruosos crimes sociais dos nossos antepassados e contemporâneos.

Isto é reconhecido por todas as almas verdadeiramente humanas, filiadas ao teologismo ou alheias ao teologismo, como o testemunham as decisivas epígrafes deste artigo.

2º - Que o sacerdócio católico perdeu, infelizmente, desde os fins do décimo-terceiro século, o *prestígio político indispensável* para proteger eficazmente os selvagens contra a barbaria dos aventureiros ocidentais, quer brasileiros natos, quer imigrantes.

Cumpre notar, mais uma vez, com cívica honestidade, que não se trata e nem se pode tratar de *catequese* dos selvagens. A catequese dos selvagens supõe órgãos de uma doutrina religiosa agindo independentemente do poder temporal, em virtude de um prestígio espiritual real sobre a massa ativa do público ocidental. Ora, isso é hoje impossível.

De fato, quanto aos missionários católicos, o sacerdócio católico, havendo perdido todo o prestígio político junto da *massa ativa* do público ocidental, não pode impedir que as suas missões – supondo-as nas melhores condições imagináveis - sejam desrespeitadas pelos aventureiros industrialistas apoiados pela anarquia política das classes administradoras, *como tem acontecido até agora*. Da mesma sorte que, nos tempos coloniais, as admiráveis missões jesuítas foram aniquiladas barbaramente pelos colonos, com o apoio dos exércitos regalistas, senhores do governo temporal do povo luso americano.

Só a mais completa ignorância ou mais completo olvido da história do povo brasileiro pode contestar essas dolorosíssimas verdades.

Quanto aos positivistas, não são ainda nem assaz numerosos, nem assaz completos, segundo o tipo sacerdotal, para haverem adquiridos *sobre os ocidentais* o

prestígio político, base indispensável de sua ação, ulterior sobre o selvagem, no intuito de conduzirem estes livremente, do ingênuo fetichismo em que se acham ao Positivismo final.

Razões análogas demonstram que não seria possível a catequese atual dos selvagens por missionários de quaisquer outras religiões ou seitas.

Só o que é possível e é dever dos governos modernos, especialmente dos governos verdadeiramente republicanos, é a proteção dos selvagens contra a perversidade dos aventureiros que invadem *territórios de selvagens* e matam os selvagens com a mais revoltante ferocidade.

Semelhante proteção consiste, pois, em tratar as tribos selvagens segundo as *relações reais* em que a moral e a razão indicam que elas se acham para conosco. Isto é, cumpre respeitar, com a mais escrupulosa lealdade *internacional*, essas ingênuas nações. cuja autonomia só a mais feroz cobiça e o mais estúpido orgulho levam os ocidentais a desconhecerem. Partindo desta concepção - *única verdadeira* – urge-nos desde logo reparar todas as perversidades de que seus antepassados foram vítimas por parte dos nossos, e de que eles continuam a ser vítimas da nossa parte. O que nos impõe o dever de *oferecer-lhes* sinceramente os benefícios da nossa civilização - sem nada impor-lhes, deixando que eles livremente aceitem o que eles for convindo, tal qual como procederíamos para com a mais forte das nações nossas amigas.

Lembrando nos que os nossos avós, em gerações suficientemente remotas, atravessaram o estado da civilização primitiva em que os selvagens ainda se acham: lembrando-nos que, mesmo hoje, os povos e os governos que mais se ufanam de sua cultura ainda se comprazem em todas as ferocidades da guerra, em todas as fúteis ostentações da vaidade militar; sentimos desvanecerem-se por encanto os cruéis e irracionais preconceitos que nos impedem de simpatizar com as tribos selvagens, e de compreender a comovente primeira infância da Humanidade, cujo tipo elas nos oferecem. Então, os nossos corações e os nossos espíritos se afinarão pelos dos nossos melhores predecessores, em vez de se embrutecerem na imitação dos crimes que maculam a história das famílias, dos povos e da Humanidade.

Assim concebida, a proteção dos selvagens é exequível porque, para realizá-la, bastam os sentimentos e as opiniões gerais dos mais enérgicos entre os *sinceros* republicanos, isto é, da massa das classes ativas brasileiras, para as quais a *fraternidade*

universal é, ao mesmo tempo, a *lei suprema* da República e o resumo do ideal republicano. Sejam quais forem as divergências mentais existentes entre esses republicanos, todos eles reconhecem como axiomas as sentenças do velho José Bonifácio que tomamos para a epígrafe.

Ora, esses republicanos mais enérgicos são, de fato, ou podem tornar-se, predominantes entre as classes governantes, tanto no Brasil como em todo o Ocidente. Só eles representam hoje a verdadeira *força política capaz de agir com eficácia na defesa dos selvagens*. Vítimas, infelizmente, em geral, da *anarquia mental contemporânea*, esses republicanos não podem, porém, apoiar catequese alguma, limitando-se a garantir todas as tentativas - católicas ou acatólicas - que respeitarem escrupulosamente a liberdade dos selvagens.

É só o predomínio do regime eleitoral e do jornalismo - as mais deploráveis consequências do fatal ascendente da metafísica democrática na massa ativa dos ocidentais, inclusive nos melhores republicanos empíricos – que impede que se recrute o funcionalismo público entre esses verdadeiros republicanos. Para dar se, porém, inteira conta de semelhante calamidade, é necessário não esquecer que a frase *funcionalismo público* abrange, na realidade, todo o pessoal governamental, tanto civil como militar, desde os mais altos até os mais humildes órgãos dos chamados três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

E já que o projeto alude ao propósito do atual Ministro da Guerra de chamar para as fileiras do Exército os oficiais que se acham exercendo funções estranhas ao ofício militar, sem examinar previamente se esses oficiais são mais úteis nas referidas funções do que nos postos militares, devemos ponderar que semelhante propósito constitui simplesmente uma tentativa contra a evolução natural, não só do povo brasileiro, como do Ocidente inteiro e de toda a Humanidade. Porque, de fato, essa evolução está desde o seu início - mesmo nas épocas de maior esplendor da civilização guerreira - trabalhando para a extinção do regime militar. Os retrógrados mais funestos, aqueles que de maior poder político pareceram dispor, em dado momento, só conseguiram determinar um retardamento *infinitesimal* na evolução pacífico-industrial da Humanidade. O que ilude a este respeito o vulgo dos espíritos, é que estes espíritos não contemplam jamais o *conjunto* da vida da Humanidade. Nem quanto ao *tempo*, nem quanto aos elementos constitutivos da sociedade. De sorte que os resultados das comparações são fatalmente ilusórios.

O propósito do atual Ministro da Guerra, como todas as tentativas de ressuscitar os sentimentos, pensamentos e hábitos militares do povo brasileiro, é um propósito fatalmente quimérico, tão quimérico como o projeto de aterrar o oceano... Não há poder de homem capaz de alterar a organização sequer de uma família, dando aos seus membros qualidades que a natureza - biológica, social e moral - deles não lhe outorgou. Muito menos é capaz um homem de alterar a natureza - biológica, social e moral - dos povos.

O homem se agita e a Humanidade o conduz - eis a lei suprema da História. A grita dos jornalistas é tão impotente contra essa lei como contra a lei da queda dos corpos ou qualquer outra lei natural.

O dilema é inevitável; seja qual for o poder de um homem, ou ele age no sentido da evolução da humanidade, ou ele age no sentido contrário a essa evolução. Se agir no sentido da evolução, só conseguirá acelerar, mais ou menos, tal evolução. Se agir no sentido contrário à evolução, só conseguirá retardar, mais ou menos, a mesma evolução.

Até Augusto Comte - as leis da evolução não sendo conhecidas -, os nossos antepassados não podiam constatar essa consoladora verdade; de sorte que pensava-se que a sociedade estava à mercê das vontades dos indivíduos que, em um momento dado, dispunham ou pareciam dispor da *força material*. Contra essas vontades só se acreditava existirem as vontades imperscrutáveis dos Deuses ou de Deus.

Desde, porém, que Augusto Comte teve a incomparável glória de descobrir as leis naturais da história da Humanidade, completando a obra do gênio seus predecessores, que haviam gradualmente descoberto as leis do mundo material e da ordem vital, toda hesitação cessou *para os que conhecem tais leis*.

Infelizmente, esse conhecimento não está ainda suficientemente generalizado nas classes dominantes da sociedade, e, muito menos, nas massas populares. Essa falta de conhecimento continua a permitir as mais fantásticas tentativas, com o sacrifício tanto dos autores de tais tentativas, como de um número mais ou menos considerável de contemporâneos. Nada, porém, pode sustar a evolução que vai vulgarizando incessantemente a cultura científica. De sorte que cada dia aproxima o momento feliz em que - *conhecendo as leis naturais* da Humanidade -, ninguém ousará insurgir-se contra elas, como ninguém mais se insurge contra as leis astronômicas, por exemplo.

Certos desse futuro, os positivistas o aguardamos sem vacilar, deplorando, embora com a mais profunda fraternidade, que a cegueira dos nossos contemporâneos deixe os seus pendores altruístas sem recursos contra as sugestões da personalidade.

Baseado nessas reflexões, só nos resta fazer sinceros votos para que o atual Ministro da Guerra e o atual Presidente da República, superando as solicitações empíricas inerentes à sua educação militar, desistam de prosseguir nos extravios guerreiros que já tantas desgraças têm causado ao povo brasileiro e à Humanidade. Urge que, em vez dessa senda ingrata, utilizem as posições políticas a que as fatalidades sociais os elevaram para agir no sentido da evolução da Humanidade. Isto é, cumpre que ambos contribuam quanto puderem para acelerar a instalação do regime pacífico-industrial, em lugar de tentarem a impossível reanimação do militarismo, felizmente extinto, há muito, para sempre. Só assim poderão alcançar as bênçãos da Posteridade.

Embora os positivistas sejam ainda em número insignificante e, sobretudo, ainda sejam bem inferiores ao tipo que a Religião da Humanidade proclama para o Sacerdócio, têm eles atuado e podem atuar, cada vez mais eficazmente, junto dos verdadeiros republicanos empíricos mais enérgicos, inclusive para defender o sacerdócio católico contra os rancores metafísicos e científicos. Porque limitam-se os positivistas então a invocar a fraternidade universal, a poesia, a ciência e a indústria, abstraindo de qualquer motivo sobrenatural, e desistindo de qualquer apoio especial do poder temporal para as suas próprias crianças, renunciando a fazer a mínima concorrência na ocupação atual dos cargos políticos.

Em virtude dessa aptidão única de fornecer desinteressadamente aos seus contemporâneos os conselhos mais adequados à satisfação das *aspirações republicanas*, cada vez mais preponderantes na massa ativa, quer patrícia, quer proletária. O Apostolado Positivista do Brasil precedeu à ação do governo republicano quanto à reparação do crime dos nossos antepassados mediante a *proteção dos selvagens* e a *proteção dos descendentes dos africanos*, que a escravidão preparara mal para a vida cívica moderna. Sob esse duplo aspecto, a propaganda positivista teve a felicidade de encontrar, como antecedente inestimável, os projetos do velho José Bonifácio.

De sorte que foi fácil dissipar, de antemão, a grita dos interessados quaisquer na persistência do duplo crime ocidental.

Não deve, pois, causar surpresa que o cidadão Rodolfo Miranda fosse encontrar parte dos auxiliares de que carecia para a realização dos seus patrióticos e humanitários intuitos, especialmente entre positivistas e entre republicanos mais ou menos simpáticos à doutrina e ao pensador, preconizado por Benjamin Constant. Bastam, porém, as epígrafes deste artigo para patentear que, felizmente, a execução da empresa da *proteção dos selvagens* e aos trabalhadores nacionais, *como se acha projetada*, não carece senão de almas *verdadeiramente humanas*, sem nenhuma conexão *sistemática* com a Religião da Humanidade. Essas almas aceitaram sempre, com reconhecimento, as luzes com que o Positivismo, por ser *doutrina científica*, vem ao encontro das aspirações altruístas quaisquer.

Devemos agora ponderar que só um inconcebível obscurecimento dos fatos mais vulgarizados pode levar a desconhecer que a experiência tem demonstrado exuberantemente - ao contrário do que afirma o projeto - a eficácia do atual esforço do governo republicano para assegurar a *proteção aos selvagens*. Não só se tem posto termo ataques dirigidos contra os selvagens pelos aventureiros industrialistas, mas também se

tem conseguido que tribos selvagens aceitem confiadamente entrar em relações amigáveis com os ocidentais, ao mesmo tempo que se estabelecia a paz entre tribos, até agora de inimigas tradicionais umas das outras.

É sabido, mesmo, que foram admiráveis resultados obtidos pela iniciativa do nosso confrade, hoje Tenente-Coronel Rondon, na sua exemplar conduta para com os selvagens, que mostraram de antemão, praticamente, a exequibilidade do projeto do governo e determinaram o cidadão Rodolfo Miranda a convidar o Tenente-Coronel Rondon para a organização de tão inestimável serviço, confiando-lhe a escolha dos seus principais auxiliares. E convém lembrar que o Tenente-Coronel Rondon nenhuma remuneração pecuniária recebeu nem recebe por essa Patriótica e humanitária comissão.

Também é desconhecer de todo o *caráter científico* do método experimental imaginar que um *tempo indefinido*, ou mesmo longo, é necessário, em qualquer caso, para verificar se a eficácia de uma empresa ou a veracidade de uma lei natural. Basta experimentar, uma vez convenientemente, qualquer projeto cientificamente planejado para reconhecer logo se ele satisfaz ou não o fim para que é destinado. Em muitos casos nem se carece de experiência.

Assim, por exemplo, antes de qualquer experiência, podia-se garantir *cientificamente*, isto é, em virtude das *leis naturais* que regem o homem e a sociedade, que o *regime eleitoral* haveria de produzir os mais funestos resultados políticos e morais. De fato, o que esperar de bom de um sistema em que os votos se *contam* simplesmente, em vez de serem *pesados*; em que tanto vale o voto do santo, do herói e do sábio, como o voto de um homem qualquer, por mais medíocre que seja, moral, mental e politicamente.

Entretanto, apesar de todos os desastres *de mais de um século* de experiência generalizada pelo Ocidente nas monarquias e repúblicas, os democratas persistem na *ficção* que proclama entregar legalmente o governo dos povos ao regime eleitoral...

É igualmente improcedente o exemplo citado da República Argentina, ou, falando mais exatamente, do governo argentino.

Para provar o cabimento de uma medida não basta invocar cegamente a conduta de outros povos e governos. Resta saber se essa conduta é aquela que a moral e a razão aconselham, conforme ponderava o velho José Bonifácio, cuja autoridade as classes dominantes da sociedade brasileira não podem desconhecer. Ora, as reflexões precedentes são suficientes para evidenciar que a conduta do governo argentino constitui a persistência no cego empirismo, que até hoje deixou o selvagem sem defesa ante as crueldades dos aventureiros ocidentais.

Além disso, a organização política da República Argentina acha-se em atraso em relação à do Brasil. Visto que ali ainda vigora o regime *regalista* da confusão dos dois poderes, temporal e espiritual. Ao passo que o Brasil, há vinte e dois anos, inaugurou uma

política puramente humana, sem teologia alguma, instituindo a completa separação dos dois poderes temporal e espiritual, assegurando, aliás, a completa liberdade do sacerdócio católico.

Podemos acrescentar que o governo do Brasil não encontra, infelizmente, no momento atual, governo algum que lhe possa servir de modelo. A organização do governo brasileiro foi estabelecida, segundo as lições e os exemplos dos mais eminentes estadistas e pensadores ocidentais, lições menosprezadas pelos atuais governos ocidentais, mesmo republicanos.

Tal é a desgraça da situação política que expõe as classes dominantes do povo brasileiro a incorrerem nas abstrações dos demais governos ocidentais, em vez de se prevalecerem do concurso de circunstâncias afortunadas que permitiram ao Brasil seguir as maiores almas ocidentais na organização do seu regime republicano, apesar das perturbações inevitáveis da metafísica democrática.

Observaremos, enfim, quanto à alegação com que termina a situação supra, que não é lícito *antepor* a consideração da despesa necessária à cabal realização de um serviço público ao caráter, bom ou mau, de tal serviço. Pelo contrário, quando se trata de um serviço público, a questão preliminar é a sua *utilidade*. Provada a utilidade, só resta envidar lealmente todos os esforços para executá-lo, preferindo sempre os mais úteis aos menos úteis.

Ora, as considerações precedentes deixam fora de dúvida que *nenhum serviço pode ser mais útil* do que o da proteção do selvagem e dos trabalhadores nacionais. Pois que, conforme lembramos no começo, trata-se do *resgate da mais sagrada dívida de honra* reparando as mais dolorosas culpas e erros sociais de nossos antepassados.

Os nossos contemporâneos podem promover uma das mais cruéis retrogradações de que seja suscetível de tornar-se vítima o povo brasileiro, anulando ou sequer embaraçando o serviço de proteção dos selvagens e trabalhadores nacionais. Mas a Posteridade tomará contas severas aos que tiverem contribuído para semelhante desastre, e devemos especialmente notar que a Posteridade será tanto mais rigorosa, quanto a economia projetada contrasta com as inúmeras despesas atualmente efetuadas sem a mínima justificação perante os princípios republicanos.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil,

Raimundo Teixeira Mendes.
Vice-Diretor.

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 74.

Rio, 21 de Frederico de 123 (25 de novembro de 1911).

(Publicado na secção ineditorial do *Jornal do Commercio*, de 26 de novembro de 1911 e 15 de agosto de 1915.)